

## BOLETIM 802

Brasília, 3 de junho de 2019



## Taxa de desemprego atinge 12,5% no trimestre encerrado em abril

O país registrou uma taxa de desemprego de 12,5% no trimestre encerrado em abril deste ano. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C), divulgada nessa sexta (31) pelo IBGE, a taxa é superior à registrada no trimestre encerrado em janeiro deste ano (12%) mas inferior à observada no trimestre encerrado em abril de 2018 (12,9%).

A população desocupada ficou em 13,2 milhões, 4,4% a mais do que no trimestre encerrado em janeiro (mais 552 mil pessoas), mas estatisticamente estável ante o trimestre encerrado em abril de 2018 (13,4 milhões de pessoas).

Segundo o IBGE, a população ocupada, de 92,4 milhões de pessoas, mostrou estabilidade na comparação com o trimestre anterior (92,3 milhões de pessoas) e cresceu 2,1% (mais 1,94 milhão) na comparação com o trimestre encerrado em abril de 2018 (90,4 milhões de pessoas).

Fonte: Agência Brasil

## Maia diz que governo não tem agenda e país está a caminho do colapso social

Em entrevista ao jornal O Globo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, critica o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro e diz que falta uma agenda para o Brasil.

Maia foi alvo de críticas durante as manifestações organizadas pela extrema-direita e reage: "O Executivo não tem uma agenda formulada e o país está caminhando para o 'colapso social'".

Maia também critica o ministro da Educação, Abraham Weintraub, por não se comportar como deveria: "Ele não é ator, é ministro".

Sobre a relação com o presidente da República, diz que de sua parte, "é uma relação de diálogo, de construção de uma pauta que tire o Brasil do caminho que está indo, de um colapso social muito forte".

**PESQUISA** - Um levantamento do instituto Ideia Big Data apontou que 41% dos brasileiros acham que o governo do presidente Jair Bolsonaro está indo na direção errada. Para 39%, a gestão está na direção correta. E 20% não souberam responder. A Ideia Big Data ouviu 1.660 pessoas.

A soma dos eleitores que aprovam o governo era de 49% em janeiro. Atualmente é de apenas 31%. A soma dos que desaprovam ou desaprovam totalmente a gestão aumentou de 21% para 36% entre janeiro e maio.

A pesquisa apontou, ainda, que a maior parte dos eleitores que optaram por Bolsonaro e atualmente rejeita o governo é formada por mulheres com idade entre 25 e 40 anos, que fazem parte das classes B e C, não evangélicas e vivem em municípios com mais de 200 mil habitantes nas regiões Norte e Nordeste.



## Depois do 30 de Maio, movimentos sociais preparam greve geral contra reforma da Previdência

Após os quase 2 milhões de pessoas nas ruas, nesta quinta-feira (30) pelos atos do #30M, em defesa da educação pública de qualidade e o arrocho orçamentário promovido pelo governo Bolsonaro na Educação, o próximo passo dos movimentos sindical, sociais e estudantil é ampliar a mobilização para a greve geral contra a reforma da Previdência, marcada para 14 de junho.

Para a União Nacional dos Estudantes (UNE), os próximos passos são mobilizar “a estudantada” para a greve geral, em que se soma a luta contra os cortes da educação e a “reforma da Previdência”. “A UNE, a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e a Associação nacional de Pós Graduandos (ANPG) convocam os estudantes a se manterem mobilizados, iremos às ruas e nos somaremos à greve geral, no dia 14, convocada por diversos movimentos contra os cortes na educação e a Reforma da Previdência”, declarou a entidade, em nota.

**Unificados** - Ainda de acordo com a UNE, o segundo dia nacional de mobilização pela educação foi maior que no dia 15 de maio. A entidade levantou que foram realizados atos em 208 cidades, com participação de cerca de 1,8 milhão de pessoas. Pelos cálculos, foram 300 mil pessoas em São Paulo, 200 mil em Belo Horizonte, 100 mil no Rio de Janeiro e o mesmo, no Recife.

*Fonte: Rede Brasil Atual*

## Petroleiros anunciam adesão à greve geral

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) informou que a categoria vai aderir à greve geral de 14 de junho e está rejeitando em assembleias a contraproposta da Petrobras para a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2019/2020. A informação é do jornal O Estado de S. Paulo.

Até 6 de junho, os petroleiros realizam assembleias para votar se aceitam a proposta da estatal de não fazer ajuste salarial este ano e nem ajustar benefícios, além de propor mudanças em cláusulas conquistadas nos últimos anos.

“De norte a sul do País, o recado aos gestores da Petrobras está ecoando de forma unitária e vibrante: a categoria vai se mobilizar para garantir os direitos conquistados e impedir o desmonte da empresa”, afirma a FUP em seu site.

A estatal alega que apesar de ter melhorado seu balanço em relação aos últimos anos, ainda está com indicadores financeiros abaixo de suas concorrentes do setor. A Petrobras alega que entre 2003 e 2014 os empregados tiveram um ganho real de 51%, e por este motivo quer manter os salários sem ajuste.

Entre as reivindicações da categoria está o aumento salarial equivalente ao Índice de Custo de Vida do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos (ICV-Dieese), acumulado entre 1º de setembro de 2018 e 31 de agosto de 2019 e o reajuste de 2020 do acumulado entre 1º de setembro de 2019 e 31 de agosto de 2020.

No acumulado nos 12 meses até abril deste ano, o ICV-Dieese registrou alta de 4,45%, abaixo do acumulado pelo IPCA, índice oficial da inflação do governo, de 4,94% no mesmo período.

*Fonte: Portal Vermelho*



Reunião da Comissão Especial da Reforma da Previdência

## Previdência: maioria das emendas busca preservar direitos adquiridos

O projeto de reforma da Previdência do governo Bolsonaro, que traz vários prejuízos à classe trabalhadora brasileira, recebeu um total de 277 emendas parlamentares na comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a matéria. Destas, 225 seguirão adiante, já que as demais não obtiveram as 171 assinaturas exigidas por lei.

A maioria das emendas busca preservar os direitos atuais para determinadas profissões. “Em geral, buscam contemplar categorias em regras mais brandas de aposentadoria especial, bem focadas para servidores públicos, de segurança pública e professores, dentre outras carreiras”, explicou Neuriberg Dias, assessor legislativo do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Existe, ainda, uma emenda substitutiva apresentada pelo deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), que suprime toda a proposta do governo e estabelece novas regras para idade mínima, tempo de contribuição e valor do benefício.

As bancadas do PDT e do PL, segundo a Agência Câmara, fizeram emendas substitutivas globais – na prática, textos novos.

“O PDT rechaça totalmente as modificações propostas na PEC 6/19 que terão impacto devastador nas camadas mais pobres”, afirmaram o líder do partido, André Figueiredo (CE), e o deputado Mauro Benevides Filho (CE).

“O foco é tornar a Previdência Social um sistema justo e fiscalmente sustentável”, disseram o líder do PL, Wellington Roberto (PB) e o deputado João Maia (RN).

**Prazos** - Nas próximas semanas, o relator da matéria na comissão, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), deverá apresentar parecer sobre elas, que deverá ser analisado e debatido pelos demais integrantes da comissão.

Vencida essa, etapa, começa o debate em torno do relatório final. “A nossa expectativa é que o relator possa estar apresentando esse relatório, no mais tardar, até o dia 15 de junho”, afirmou o vice-presidente da comissão, deputado Sílvio Costa Filho (PRB-PE).

Com o relatório, começa uma nova etapa de debates. “Nós vamos trabalhar para até o dia 30 de junho votarmos, em primeira e segunda discussão. A nossa meta é votarmos na primeira quinzena de julho, antes do recesso [parlamentar]”, conclui Costa.

Após a discussão na comissão, o texto aprovado segue para votação no plenário da Câmara em dois turnos. Depois vai para o Senado.

*Fonte: Brasil de Fato*



## Comissão aprova gratuidade de segunda via de documentos de idosos

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou na última semana a gratuidade para os idosos da emissão da segunda via de documentos de identificação pessoal que tenham sido perdidos, extraviados, furtados ou roubados.

O Projeto de Lei 10538/18 foi proposto pelo deputado Beto Rosado (PP-RN) e recebeu parecer favorável do deputado Fernando Monteiro (PP-PE).

O texto altera o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03). A gratuidade da emissão dos documentos ficará condicionada à apresentação de boletim de ocorrência policial e à solicitação da segunda via do documento no prazo de 60 dias contados da data de comunicação de perda, extravio ou de ocorrência do furto ou roubo.

A gratuidade não se aplica a passaportes, documentos de identificação emitidos pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e por conselhos profissionais, e documentos de identificação funcional emitidos por órgãos públicos.

O relator destacou a importância do projeto. “Os idosos dependem de sua plena identificação para fazer gozo de uma série de direitos previstos no Estatuto do Idoso, como a prioridade no atendimento aos serviços públicos”, disse Monteiro.

**Tramitação** - O projeto será analisado agora em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Agência Câmara*

## Aposentadorias especiais serão tema de debate no Senado

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal promove nesta segunda-feira (3) audiência pública interativa para debater as aposentadorias especiais.

Para o debate foram convidados o assessor da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Benedito Adalberto Brunca; a diretora de Assuntos Internacionais da Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE), Dionne Siqueira; o presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Jorge Sale Darze; a representante do Ministério Público do Trabalho, Janilda Guimarães de Lima; e a advogada Ana Claudia Mendes de Figueiredo.

A iniciativa é do senador Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH.

*Fonte: Agência Senado*

### **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLD PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**